



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 43/XV/1.^a SL

Aos 9 dias do mês de maio de 2023, pelas 15 horas, reuniu-se a Comissão de Defesa Nacional, na sala D. Maria do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1 - Apreciação e votação da ata n.º 42/XV/1.^a, correspondente à reunião de 2 de maio de 2023;

2 - Distribuição e nomeação de relator da seguinte iniciativa legislativa:

- Projeto de Lei n.º 752/XV/1.^a (CH) - [Assegura em tempo útil o acesso a próteses e ortóteses e outro material ortopédico que se mostre necessário a prevenir a dependência, precariedade, isolamento e exclusão social dos deficientes militares;](#)

(Relator a designar pelo Grupo parlamentar do PS)

3 - Discussão e votação do Relatório sobre a Participação de Portugal no processo de construção da União Europeia – 2022, intitulado «Portugal na União Europeia – 2022»;
Relator: Deputado Francisco César (PS)

4 – Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição urgente da Ministra da Defesa Nacional e do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, na sequência de notícias veiculadas na imprensa sobre o alegado atraso na criação da Escola de Ciberdefesa;

5 – Outros assuntos.

1 - Apreciação e votação da ata n.º 42/XV/1.^a, correspondente à reunião de 2 de maio de 2023

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Marcos Perestrello, foi apreciada e aprovada por unanimidade, na ausência da IL, do PCP e do BE, a ata n.º 42/XV/1.^a, correspondente à reunião de 2 de maio de 2023, com a introdução de duas alterações propostas pela Senhora Deputada Cristiana Ferreira (PSD).



Comissão de Defesa Nacional

2 – Distribuição da seguinte iniciativa legislativa:

PROJETO DE LEI

N.º / AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO DE RELATOR
P.JL 752XV/1. ^a (CH)	Assegura em tempo útil o acesso a próteses e ortóteses e outro material ortopédico que se mostre necessário a prevenir a dependência, precariedade, isolamento e exclusão social dos deficientes militares	Agendado, por arrastamento, para a reunião plenária de 10.05.2023 (não foi possível emitir parecer)

3 - Discussão e votação do Relatório sobre a Participação de Portugal no processo de construção da União Europeia – 2022, intitulado «Portugal na União Europeia – 2022»

Seguidamente, procedeu-se à discussão do relatório setorial sobre a participação de Portugal no processo de construção da União Europeia – 2022, intitulado «Portugal na União Europeia – 2022», incidindo sobre as áreas de competência da Comissão de Defesa Nacional e, dentro dessas, apenas no que de mais relevante se afigurava nesse contexto, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Francisco César (PS). Intervieram no debate a Senhora Deputada Cristiana Ferreira (PSD) e os Senhores Deputados Pedro Pessanha (CH) e Rodrigo Saraiva (IL), que saudaram o relator pela forma clara e sucinta como apresentou esse importante relatório, assinalando também a coincidência da data, 7 de maio, Dia da Europa. No final, submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP e do BE, estando, assim, em condições de ser enviado à Comissão de Assuntos Europeus para os efeitos legais e regimentais aplicáveis.

4 – Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição urgente da Ministra da Defesa Nacional e do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, na sequência de notícias veiculadas na imprensa sobre o alegado atraso na criação da Escola de Ciberdefesa

A Senhora Deputada Cristiana Ferreira (PSD) interveio para fazer a apresentação do [requerimento do Grupo Parlamentar do PSD](#), explicando o contexto e a motivação do



Comissão de Defesa Nacional

mesmo. No debate que se seguiu usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Pessanha (CH), Diogo Leão (PS) e Rodrigo Saraiva (IL), além do Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) disse que não punha em causa as preocupações do Grupo Parlamentar do PSD, mas que não via necessidade de chamar a Senhora Ministra da Defesa Nacional uma vez mais, apenas por terem surgido dúvidas quanto a um possível atraso na criação da Escola de Ciberdefesa.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) referiu que o tema suscitado no requerimento do PSD, que incorpora um discurso veiculado pela imprensa, poderia ser esclarecido através da formulação de uma pergunta ao Governo. Recordou, também, que a capacidade de Ciberdefesa estava delegada no Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e que o facto de este ter decidido alterar um procedimento anterior não parecia ter nem o carácter de urgência nem a dimensão que o PSD lhe quis dar no requerimento, pois entendia que a alteração de um procedimento para a criação dessa escola não colocava em causa a edificação desta capacidade na Defesa. Por outro lado, contestou a afirmação de que não foram prestados esclarecimentos sobre os ciberataques do ano passado, alvo de investigação criminal, contra redes do EMGFA e do Ministério da Defesa, recordando que a Ministra da Defesa Nacional prestou esclarecimentos nesta Comissão, em audição realizada à porta fechada, em 11 de outubro de 2022, precisamente nesse âmbito. Em suma, defendeu que o requerimento em apreciação se traduzia numa encruzilhada de preocupações que não tinham a gravidade que o PSD lhes atribuía, por isso propunha uma solução de compromisso: o PSD abdicava do carácter de urgência, podendo as audições requeridas ser realizadas no âmbito da discussão da Lei de Programação Militar e na audição regimental da Ministra da Defesa Nacional, e o PS viabilizava a aprovação do requerimento, abstendo-se na sua votação.

O Senhor Deputado Rodrigo Saraiva (IL) declarou que o seu Grupo Parlamentar era, em geral, favorável à vinda da Ministra da Defesa à Comissão para prestar esclarecimentos, reconhecendo igualmente a sensibilidade do tema, razão pela qual iria votar favoravelmente o requerimento.



Comissão de Defesa Nacional

A Senhora Deputada Cristiana Ferreira (PSD) reiterou que o PSD não podia deixar de manifestar a sua preocupação com a escassez de recursos humanos na área da Ciberdefesa e com o facto de a nova modalidade de tramitação poder atrasar a criação da escola de Ciberdefesa. E recordou que, quando da discussão da Lei de Programação Militar em Plenário, o PSD pediu o reforço de verbas nessa matéria, porque era tempo de agir e de se conhecerem resultados efetivos. Terminou dizendo que não ignorava o calendário apertado da Comissão nos próximos meses pelo que concordava com a realização da audição solicitada no quadro da audição regimental da Ministra da Defesa, adicionada de um tempo suplementar reservado à discussão dessa importante matéria, ficando o carácter de urgência mencionado no requerimento prejudicado.

O Senhor presidente interveio dizendo que o PS apresentara uma solução de compromisso, que foi aceite pelo PSD e contestada pelo CH, propondo a inclusão da audição requerida pelo PSD na próxima audição regimental da Ministra da Defesa Nacional, mas declarou não se sentir confortável com a solução encontrada: por um lado, por considerar excessivo que se chamasse a Ministra sempre que surgia qualquer questão no espaço público, prática que banalizava os requerimentos de audição dos membros do Governo; e, por outro lado, por considerar que só excecionalmente devem ser aditados pontos à audição regimental – o que, aliá, já aconteceu com a discussão do RAMMFA, tendo sido na altura mencionada a excecionalidade da solução. Em todo o caso, concluiu dizendo que a Comissão era soberana, pelo que iria submeter a votação o requerimento, nos termos mencionados, estando prejudicado o carácter de urgência das audições solicitadas.

No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado, com votos a favor do PSD e da IL e abstenções do PS e do CH, registando-se a ausência do PCP e do BE.

5 - Outros assuntos

No ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Deputado Pedro Pessanha pediu a palavra sublinhar o carácter lamentável da intervenção da Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) na reunião plenária do passado dia 3 de maio, durante o debate na generalidade das Propostas de Lei de revisão da Lei de Programação Militar e da Lei



Comissão de Defesa Nacional

das Infraestruturas Militares e enalteceu a intervenção esclarecedora do Senhor Presidente, que agradeceu.

O Senhor Presidente deu nota de que a Senhora Ministra da Defesa nacional aceitara alterar a data da audição regimental, inicialmente agendada para o dia 6 de junho e agora remarcada para a manhã de dia 7 de junho, permitindo assim a realização do colóquio na tarde de dia 6 de junho, tal como planeado. Por outro lado, a solicitação da Senhora Ministra da Defesa Nacional, colocou à consideração dos grupos parlamentares presentes que a audição prevista para a semana seguinte, no dia 16, no âmbito da discussão e votação, na especialidade, das Propostas de Lei n.ºs 68/XV/1.^a (GOV) – [Aprova a Lei de Infraestruturas Militares](#) - e 69/XV/1.^a (GOV) - [Aprova a Lei de Programação Militar](#) tivesse lugar às 11 horas e não às 15 horas, como habitualmente, proposta que mereceu a concordância dos presentes.

Por último, esclareceu que a audição regimental da Ministra da Defesa a realizar no dia 7 de junho seria acrescida de dois pontos: um primeiro sobre o episódio ocorrido no NRP Mondego, a requerimento do grupo parlamentar da IL, e um segundo sobre o alegado atraso na criação da escola de Ciberdefesa, a requerimento do Grupo parlamentar do PSD. Perante a questão colocada pelo Sr. Deputado António Prôa (PSD) sobre o formato da audição, o Senhor Presidente esclareceu que, por regra, as reuniões eram públicas, sem prejuízo de, no caso de haver uma deliberação da Comissão nesse sentido, uma parte poderia ser realizada à porta fechada.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15 horas e 42 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de maio de 2023.

O Presidente da Comissão,

(Marcos Perestrello)



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 39/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão (PS)
Dora Brandão (PS)
Francisco César (PS)
Hugo Oliveira (PS)
Manuel Dos Santos Afonso (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Maria Da Luz Rosinha (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Sérgio Ávila (PS)
António Prôa (PSD)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Cristiana Ferreira (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Rosina Ribeiro Pereira (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Pedro Pessanha (CH)
Rodrigo Saraiva (IL)
Helga Correia (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
Ricardo Lino (PS)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
João Dias (PCP)
Joana Mortágua (BE)